



Oliveira do Bairro câmara municipal

Despacho Conjunto n.º 39 – Mandato 2017/2021

Assunto: Estado de Emergência – Medidas no âmbito da pandemia da doença COVID-19 – Município de Oliveira do Bairro

Considerando que,

Nos termos do n.º 1 do artigo 64.º da Constituição da República Portuguesa, «*Todos têm direito à protecção da saúde e o dever de a defender e promover*»

Na sequência da situação de emergência de saúde pública de âmbito internacional, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), no dia 30 de janeiro de 2020 e da classificação do vírus como uma pandemia, pela OMS, no dia 11 de março de 2020, foram adotadas, ao longo do tempo – a nível nacional e local – medidas excecionais e temporárias em resposta à situação epidemiológica provocada pelo coronavírus - SARS-Cov-2 e pela doença COVID-19.

Face à evolução da situação epidemiológica em Portugal em resultado da pandemia da doença COVID-19, o Presidente da República procedeu, no dia 6 de novembro, à declaração do estado de emergência, renovando-a, sucessivamente, em 20 de novembro, 4 e 17 de dezembro, através dos Decretos n.º 59-A/2020, n.º 61-A/2020 e n.º 66-A/2020, respetivamente.

Em 6 de janeiro foi a declaração do estado de emergência novamente renovada pelo Decreto do Presidente da República n.º 6-A/2021 (iniciando-se às 00h00 do dia 8 de janeiro e cessando às 23h59 do dia 15 de janeiro de 2021), e regulamentada pelo Governo através do Decreto n.º 2-A/2021, de 7 de janeiro, que procedeu à segunda alteração ao Decreto n.º 11/2020, de 6 de dezembro, alterado pelo Decreto n.º 11-A/2020, de 21 de dezembro, e à sua republicação.

O Município de Oliveira do Bairro volta a integrar o elenco dos Concelhos de Risco Muito Elevado [cfr. Anexo III e n.º 4 do artigo 2.º do Decreto n.º 11/2020, de 6 de dezembro, na redação atual], aplicando-se-lhe, além das disposições comuns a todo o território nacional continental [Cfr. n.º 1 do artigo 2.º] as regras específicas previstas nos artigos 39.º a 43.º.

Considerando ainda,

As recorrentes recomendações das entidades de saúde, e bem assim as orientações constantes do Plano de Contingência do Município de Oliveira do Bairro;

A necessidade de o Município assumir, permanentemente, uma posição que contribua ativamente para a prevenção e o controlo da COVID-19;

Assim, com base na reavaliação da situação, e sem prejuízo das medidas que resultam diretamente da legislação em vigor, nos termos e com os fundamentos acima indicados e ao abrigo da Autonomia Constitucional das Autarquias Locais insito no artigo 6.º e 235.º e ss da Constituição da República Portuguesa [CRP], do Decreto-Lei n.º 10-A/2020, de 13 de março na redação atual, do Decreto n.º 11/2020, de 6 de dezembro, na redação atual, do Decreto n.º 2-A/2021, de 7 de janeiro e no uso da competência



Oliveira do Bairro câmara municipal

prevista na alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual, que me foi delegada pela Câmara Municipal, e nos termos das competências próprias que me são conferidas pela alínea a) do n.º1 e alíneas a) e h) do n.º2 do artigo 35.º e artigo 37.º, ambos do mesmo diploma legal,

Determina-se, a manutenção, no período em que se mantiver o Estado de Emergência [renovado por Sua Excelência, o Senhor Presidente da República, através do Decreto n.º 6-A/2021, de 6 de janeiro], das determinações impostas e das medidas adotadas pelo Despacho Conjunto n.º37 – Mandato 2017/2021 [mantidas pelo Despacho n.º38 – Mandato 2017/2021], à exceção da suspensão das cedências de viaturas municipais de transporte coletivo no Município.

Apela-se a todos os munícipes que continuem a adotar, como até aqui, um comportamento responsável e sigam rigorosamente todas as regras legais e, bem assim, todas as recomendações e indicações da Direção-Geral de Saúde e demais autoridades, nomeadamente no que se refere ao dever geral de recolhimento, à preservação do distanciamento social, às regras de higiene e etiqueta respiratória, assim como na utilização de máscaras de proteção individual.

As medidas aqui previstas podem ser objeto de prorrogação ou modificação na medida em que a evolução da situação epidemiológica o justificar.

O Município continuará a acompanhar atentamente a evolução da situação e as decisões que forem sendo emitidas, quer pelas entidades de saúde pública, quer pelo Governo.

O presente despacho produz efeitos ao dia 8 de janeiro 2021, sem prejuízo da sua reavaliação assim que se justifique.

Publique-se e divulgue-se. Conhecimento à Câmara Municipal.

Município de Oliveira do Bairro, aos 8 dias de janeiro de 2021

O Presidente da Câmara

Duarte dos Santos Almeida Novo, Dr.

A Vereadora (Pelouro da Saúde)

Lília Ana Águas, Dr.ª